

Depois da publicação de tantos planos de combate à inflação, o governo (leia-se o presidente da República) deixou-se seduzir, ao que parece, por um deles, cujo verdadeiro nome (indexação generalizada) foi omitido pela imprensa. Trata-se, simplesmente, de uma subordinação a uma relação direta: se todos os preços e rendimentos crescerem na mesma proporção, não haverá inflação...

O raciocínio será perfeitamente correto dentro dos laboratórios dos economistas, mas, "extra mura", seguramente vai encontrar dificuldades capazes de levar o País à hiperinflação.

Todo o programa da equipe do ministro Fernando Henrique Cardoso foi baseado na premissa de que o Bra-

sil sofre, essencialmente, de uma inflação inercial: os preços sobem hoje pelo simples fato de terem subido ontem. Os economistas que partiram do mesmo princípio, ao elaborar o Plano Cruzado estão conscientes, hoje, de que não se pode menosprezar as condições indispensáveis ao financiamento do sistema, o que, segundo eles, explica o malogro da política econômica de Dilson Funaro. Resumidamente, pode-se dizer que tais condições são representadas por orçamento público equilibrado no

conceito operacional, pela inexistência de um choque de oferta (como por exemplo uma queda da produção agrícola) ou por um choque de demanda (aumento real dos salários, por exemplo). Finalmente, deve o País dispor de reservas cambiais. O que se pergunta é se tais condições poderão ser preenchidas neste momento. O governo deu ênfase ao equilíbrio das contas públicas e está anunciando a reformulação do Orçamento de 1994, antes mesmo de divulgar seu programa antiinflacionário. Mas cabe perguntar se,

realmente, se conseguirá zerar o Orçamento operacional. Sabe-se que, para tanto, conta o Planalto com um aumento de impostos, o que pressiona a taxa de inflação e assim os gastos. Mas também

depende, para cortar despesas, de uma emenda constitucional que envolve recursos dos Estados e municípios, o que dificilmente conseguirá. Parece difícil, assim, zerar o déficit operacional. Admitindo que se chegasse a isso, restaria resolver um sério problema relativo às finanças públicas: os próprios efeitos da indexação generalizada, que começaria a ser aplicada para recolhimento de impostos e preços administrados.

Informa-se que o governo pretende criar novo indexador que,

numa primeira fase, servirá para o reajuste dos preços administrados e dos tributos. No plano imaginado por André Lara Resende, tal indexador, que permitiria a conversão diária entre a moeda antiga e a futura (inicialmente chamada Unidade de Conta), seria calculado com fundamento na inflação passada. Agora, pretende o governo calculá-lo em função da inflação presente que, por definição, deve ser estimada. Pensa-se em tomar por base a taxa do dólar, de cotação facilmente afetada pelo Banco Central. Naturalmente, pretenderá o Planalto que "sua inflação" seja inferior à do mês anterior. Se a inflação oficial não coincidissem com a real, sendo aquela menor, a defasagem acumulada poderia criar novos fatores de déficit público (tarifa insuficiente, imposto menor em valor real). Trata-se de dificuldades que o governo não pode subestimar.

A intensificação da demanda foi um dos fatores que levaram ao malogro o Plano Cruzado, que se iniciou com uma elevação de salários. O Plano FHC pode correr o mesmo perigo. Ao que parece, os sindicatos operários terão de escolher entre a antiga moeda ou a indexada. A possibilidade de opção por esta é grande, mas convém saber se o salário a ser convertido na nova moeda sairá da média salarial entre o período dos dissídios ou do pico salarial. Provavelmente, os sindicatos se inclinarão pela última solução, o que deverá se

traduzir por um crescimento violento da demanda, fator de inflação inclusive em moeda indexada. Aliás, o mesmo problema se verificará no caso da fixação de preços. Estes foram fixados num clima de liberdade, na expectativa de um choque que incluiria um congelamento ou um redutor. Se os preços forem fixados em Unidade de Conta a partir do dia D, teremos um sistema que sancionará a inflação "preventiva" do passado e isso a cada dia quando, hoje, dificilmente os preços são reajustados em prazo inferior a uma semana...

Um choque da oferta pode depender de diversos fatores: safra agrícola ruim, dificuldades cambiais, que neutralizem os efeitos da ameaça de importação, é aumento de impostos, o que eleva os preços. Verifica-se, assim, o quanto é difícil afastar totalmente um choque de oferta que afete a taxa de inflação...

Finalmente, cumpre levar em conta o problema cambial. Temos, hoje, uma situação confortável, com reservas em divisas importantes, mas devemos saber que tais reservas são muito voláteis. Verifica-se que o superávit da balança comercial está diminuindo (talvez em razão da defasagem da taxa cambial). Se, para combater a inflação, recorrermos à manutenção de uma taxa cambial insuficiente, nossas reservas poderão desaparecer. A teoria da inflação inercial, uma vez aplicada, pode desembocar na hiperinflação.